



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 47ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 07 de agosto de 2017, com início às nove horas e trinta minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **OLAVO SANTOS** e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa.

PEQUENO EXPEDIENTE – Projeto de Lei nº 103/2017; Projeto de Lei nº 104/2017; Emenda nº 2/2017 ao Projeto de Lei Complementar nº 3/217 do vereador Gugu Bueno; Parecer nº 31/2017 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável à Emenda nº 1/2017 ao Projeto de Lei Complementar nº 3/2017; Ofício SEAJUR/ATL nº 259/2017 em resposta ao requerimento nº 280/2017 do vereador Policial Madril; Ofício SEAJUR/ATL nº 258/2017 em resposta ao requerimento nº 320/2017 de autoria de diversos vereadores; Ofício SEAJUR/ATL nº 257/2017 em resposta ao requerimento nº 305/2017 do vereador Fernando Hallberg; Ofício SEAJUR/ATL nº 256/2017 em resposta ao requerimento nº 297/2017 do vereador Fernando Hallberg; Ofício SEAJUR/ATL nº 260/2017 em resposta ao requerimento nº 316/2017 do vereador Jorge Bocasanta; Ofício SEAJUR/ATL nº 265/2017 em resposta ao requerimento nº 285/2017 do vereador Rômulo Quintino; Ofício SEAJUR/ATL nº 264/2017 em resposta ao requerimento nº 282/2017 do vereador Roberto Parra; Ofício SEAJUR/ATL nº 255/2017 em resposta ao requerimento nº 264/2017 do vereador Celso Dal Molin; Comunicado nº CM160570/2017 do Ministério da Educação - FUNDED, informando liberação de recursos. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Celso Dal Molin pelo tempo do bloco; Vereador Alécio Espínola, como líder do governo; Vereador Mazutti; Vereador Olavo Santos; Vereador Paulo Porto; Vereador Serginho Ribeiro; Vereador Policial Madril; Vereador Josué de Souza e Vereador Fernando Hallberg que fará uso do tempo do bloco da transparência. Era o que tínhamos para o momento, senhor Presidente. – Presidente: Finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos a ata da 44ª sessão ordinária que foi realizada dia 11 de julho de 2017, a qual eu coloco em discussão. Em votação. Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão e os Vereadores contrários que se manifestem. Ata aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Em primeira discussão o Projeto de Lei Complementar nº 3/2017 de autoria do Executivo Municipal, que institui o programa de recuperação fiscal de Cascavel – Refic 2017 e dá outras providências. Em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres vereadores, plateia em geral. Na realidade o Refic é importante, não para aumentar um pouco o dinheiro da Prefeitura de Cascavel, mas porque tem tanto imposto nesse país que o cara não consegue pagar. Eu vejo aqui, senhor Presidente, ano passado quando teve a taxa de sinistro aqui, só eu votei contra e o pior que eu tinha razão porque foi anulada. Então, se analisar hoje em dia o cara que vai montar uma bodega, um comércio, eu vejo como está difícil. Aqui veio na semana passada o nosso amigo da Unioeste, falar do salário de 25 mil, 15 mil, 30 mil, parece que é como dar bala para criança. Vai um



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

trabalhador, vai um empresário montar uma empresa e tu vai ver se sobra essa quantia. Então, nós teríamos que mudar, não faz parte da nossa função, mas a Prefeitura de Cascavel deveria começar a diminuir os gastos desnecessários. Eu falo os gastos desnecessários, o quê é? Manter os 3 PAC's abertos a noite, pra mim é desnecessário. Se eu fosse o Prefeito de Cascavel eu manteria só um, aberto depois das 11 horas e economizaria um monte de dinheiro e talvez, não precisasse cobrar nem o alvará dos pequenos comerciantes, daqueles que sofrem tanto para gerar emprego e conduzir um rumo melhor para a cidade de Cascavel. Então, o Refic, muitas vezes eu me pergunto: "mas os grandes não pagam..." Por que se causa essa dívida Alécio? Tem aqueles que têm muitas coisas, tem grandes empresários de terrenos; teria que mudar o sistema de arrecadação, ou seja, quem tem um terreno paga tanto de IPTU, quem tem dois terrenos paga "X + Y" e assim sucessivamente. Porque é pra gente diferenciar aquele que não consegue pagar, porque paga demais impostos; daquele que não paga impostos. Então, vou votar favoravelmente a esse Refic, mas eu acredito que tínhamos que fazer o seguinte: fazer uma reforma tributária que os nossos deputados não fazem, só mentem. Vou dar um exemplo aqui, da agricultura votaram a favor do Temer, por causa de interesses próprios, pra não pagar impostos. Se eu pago 10%, 20% de INPS, a agricultura também, teria que pagar. Então, o que precisa nesse país? Precisa passar esse Brasil a limpo, fazer uma coisa mais justa. Eu vejo aqui que o nosso amigo Promotor teve preguiça de vir aqui, de vir na audiência pública, o salário dele não tem preguiça de ir buscar, então e é um funcionário público. Sabe-se que aqui no Paraná, 20 % se gasta com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e a Assembleia Legislativa. 20% de tudo o que os paranaenses produzem são gastos com esses 3 setores. Então, precisamos de uma reforma muito ampla para que nós não precisássemos mais vir aqui e votar o Refic, e que todos tenham condições de pagar. Mas o meu voto é favorável a esse Refic. Era isso, meu muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Alécio Espínola. – Vereador Alécio Espínola: Quero cumprimentar nosso Presidente Gugu Bueno e saudar todos os colegas, desejando a todos uma boa semana. Inicialmente dizer que, veio em boa hora essa questão do Refic, não acredito que as pessoas fiquem devendo porque simplesmente querem. E o Refic dá uma oportunidade para as pessoas saldarem suas dívidas e colocar a vida da sua empresa em dia para continuar trabalhando, gerando emprego, gerando renda e pagando seus impostos. Eu gostaria, nesta manhã, de pedir o voto favorável a todos os senhores vereadores. Pedir ao nosso Presidente que coloque essa votação nominal, para que nós possamos, hoje, dar essa oportunidade a esses empresários que precisam saldar as suas contas. Lembrando que o Refic não está perdendo a dívida e sim, refinanciando os juros e multas dos empresários. Muito obrigado, senhor Presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Senhor Presidente, Gugu Bueno, nobres colegas Vereadores, plateia em geral, meu bom dia. Venho a Tribuna justamente para eu poder ficar de frente para a plateia. Uma posição melhor para eu fazer um cumprimento aqui aos meus colegas contadores, que ajudam de certa forma, a nossa Prefeitura com ideias e sugestões: porque é um pessoal que está bem na linha de frente, principalmente com os empresários. O vice-presidente, Jaferson Bonfim, representando Sescap; o Michel; também, o Sérgio, representante da AMIC; um abraço para vocês. E nós temos essa preocupação porque nossos empresários necessitam de um fôlego financeiro, para poder cumprir e ficar em dia com o município. Alécio, então vem em boa hora esse Refic, para poder ajudar esses empresários. E



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não só os empresários, eu acho que as pessoas físicas também, que tem débito com o município: eu acho que agora é hora de poder acertar as contas e tirar uma certidão negativa, poder participar de licitação. E os contadores com seus escritórios, conhecem a realidade do seu cliente e sabem a necessidade de um Refic neste momento, para poder cumprir e ficar em dia, aí com o seu débito. Como acontece na esfera federal, onde há o benefício para que as empresas possam parcelar os seus débitos, aqui no município também, deve aproveitar esse momento. Sabemos que muitas empresas estão com dificuldades, nós sabemos: na avenida Brasil, nos bairros de Cascavel, quantas lojas estão fechando as portas e com placa de alugase, vende-se. Então, nós queremos fortalecer e que esses empresários tenham um fôlego, por isso, além do Refic, eu acredito que muitos dos colegas vereadores estão propondo emendas para que essas dívidas tenham um prazo um pouco maior. É um atrativo muito bom o Refic, Alécio, mas acho que podemos melhorar um pouquinho, Josué. Então, porque, além do imposto que ele tem que pagar, ele prefere levar em dia o salário do funcionário, levar em dia o INSS, o FGTS do funcionário e então, muitas vezes ele acaba deixando de recolher o seu Imposto e acaba virando uma bola de neve. Então, ele pode nesse momento ter um parcelamento bom e, se quiser pagar à vista tem um desconto excelente que o Refic está proporcionando então, para ele poder fazer esse aporte. Então pessoal, peço o voto favorável para o Refic. Nós estamos estudando também, outras emendas para fortalecer. Também não podia deixar de cumprimentar o Renato Segalla, secretário de Finanças do município, que está sempre atento e imbuído também, desta necessidade; pois acompanha e sabe a realidade dentro da Prefeitura de quantos contribuintes estão com seus débitos e, que estão precisando regularizar sua situação. Muitos contribuintes procuram prefeitura, mas até o momento não tinha nenhum benefício e, não tinha como. E o Refic vem para esse encontro da necessidade da nossa população, dos empresários, então que possamos todos votar favorável ao Refic. Está certo pessoal, obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Josué de Souza do PTC. – Vereador Josué de Souza: Senhor Presidente, senhores vereadores, distinta assistência. Fico muito feliz de ver a presença do nosso secretário de finanças do município, ele que quando assumiu, fui conversar pedindo que encaminhasse um Refic para essa Casa de Leis; porque no nosso entendimento, é muito importante. Temos muitas pessoas passando por dificuldades financeiras no nosso município e tem hoje, uma oportunidade de estar indo lá na Prefeitura para estar regularizando sua situação. Então, não é renúncia de receita do município: é um incentivo nos juros e nas multas. E estamos aqui, pedindo voto favorável para que as pessoas que tem esse débito com o município possam estar regularizando sua situação. Era isso que eu tinha, senhor Presidente; muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra, o vereador Serginho Ribeiro. – Vereador Serginho Ribeiro: Senhor Presidente, nobres vereadores, querida assistência, imprensa. Também vejo um grande momento desse Refic estar acontecendo: porque nós vemos o caos que está o país, empresários literalmente enforcados de uma forma bruta, com impostos enormes no Brasil inteiro; empresas fechando as portas. Se nós passarmos a Avenida Brasil e em várias ruas da cidade de Cascavel, vemos empresas fechadas e, empresários não aguentando mais tantos impostos. Eu vejo um grande momento de oportunizar de maneira correta, séria, um Refic transparente e de forma justa, para que possa defender e continuar o comércio existindo; para que possamos defender a coisa certa e, que o empresário continue mantendo a sua empresa, gerando emprego. Comércio de Cascavel: gestão e moralidade; eu acho que é muito



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

importante, também. Peço voto favorável e vejo, também, concordando com o vereador Mazutti, que temos que alterar um prazo maior para essas dívidas. Eu vejo que a preocupação é bastante grande e salutar dos benefícios de quem será o beneficiado; mas é democrático. Será o beneficiado, como um todo, aquele pequenininho; o empresário maior, mas de forma justa, né. Acho que nós temos que avançar, sim. Cascavel atravessa um momento que não é fácil, o momento político, também, não está bom para nenhuma classe política. Nós vivemos infelizmente, um momento ruim, mas o empresário é principalmente quem paga a conta. Falamos em gerência, em qualidade de vida para as pessoas, em qualidade do empresário em poder realmente fomentar o emprego, falamos em cidade do futuro: mas, de que maneira vamos gerar futuro se nós não defendemos o que é certo e avançarmos com Cascavel. Então, também, peço voto favorável ao Refic. Vamos analisar as emendas que serão propostas e vamos caminhar juntos de forma digna, séria e transparente com toda a população de Cascavel. Muito obrigado, senhor Presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Policial Madril. – Vereador Policial Madril: Queria cumprimentar o senhor Presidente e com isso cumprimentar os demais vereadores, distinta assistência, pessoal que está nos assistindo e o pessoal que está na plateia, hoje. Esse Refic, num primeiro momento, quando a gente ouve falar, as pessoas que estão com as dívidas todas em dia com a Prefeitura e, que estão com todos os impostos pagos em dia; até eu mesmo pensava que seria uma sacanagem. Porque se demora um tempo, daí a pessoa fica sem pagar e depois tem um desconto grande. Mas depois você começa a analisar e visto que tem muitas pessoas que tem diversos problemas, às vezes, de saúde, na época de pagar os impostos estão desempregadas e vai acarretando as dívidas. E a pessoa realmente não paga, porque não tem condições. E tem casos de pessoas que sabem que uma hora ou outra, vai ter esse Refic e vai protelando, até chegar o momento que vai pagar e ter os descontos nas multas e nos juros. Então, o que a gente tem que pensar, já com a presença do líder do governo, vereador Josué que pediu para ter esse Refic: que agora no começo desse ano de 2018 que entra, para termos o desconto normal para as pessoas que estão em dia e, dar um desconto a mais para continuar incentivando as pessoas que pagam em dia e continuam pagando em dia os seus impostos. Então, são essas palavras que eu só queria dar para contribuir. Vou votar favorável porque eu acho que essa é uma oportunidade de quem está em dívida com a Prefeitura: de impostos e outras dívidas, que acertem, e que seja da melhor forma possível, que vai trazer benefícios para o governo, também, municipal. No mais, muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Roberto Parra. – Vereador Roberto Parra: Senhor Presidente, gostaria de parabenizar como é feito, eu acho, quase todo ano esse Refic: a oportunidade. Os Prefeitos anteriores, também já deram esse benefício para a população. Eu protocolei uma emenda de número 3, alterando esse prazo mínimo. A Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, do governo federal, ela já prevê um tempo, um parcelamento de até 145 meses. E eu acho que foi do governo federal que já veio toda essa crise no comércio e é a grande oportunidade de nós, aqui na Câmara de Vereadores, de conceder um prazo maior para nossos empresários para que eles possam pagar. Aí as pessoas acham que podem questionar: se a gente está para fazer benefício para empresário. Eu acho que a empresa está em crise, quando ela deixa de contratar mais funcionários ou demite aí; a pessoa física também deixa de pagar seus impostos, porque não tem o emprego e não tem as suas rendas. Então, pensando nesse parcelamento, eu acho que é um período, talvez, curto; para quem tem



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

uma empresa e vai continuar sua dívida anual. Acho que a gente deveria dar uma oportunidade um pouco melhor. Eu vou discordar do meu amigo Bocasanta, nós somos da Comissão de Saúde e, com relação às UPA's, fecharem: se o município começar a querer economizar e que isso prejudique a população, eu quero é que o município gaste mais, mas que esse dinheiro seja bem gasto... Eu gostaria só de rever essa posição, que as UPA's continuem sendo abertas, igual são hoje; porque é inadmissível que uma pessoa atravesse a cidade para ir em uma UPA na outra região. Então, sou totalmente contrário a essa questão de funcionar só uma UPA durante a noite, porque a população já é sofrida e o município tem que bancar isso. Eu sou totalmente contra o município economizar, para sacrificar a população. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 3/2017. (-Peço a palavra) Com a palavra, o vereador Fernando Hallberg do PPL. – Vereador Fernando Hallberg: Quero agradecer o vereador Josué por ter sugerido, então, o Refic: ao Renato, parabéns, Vereador Josué. Eu acho que nós temos que refletir um pouco sobre o Refic. Nós, não estamos falando só sobre juros e multas a essas pessoas que estão em atraso, né, vereador Olavo. E de fato o Brasil passa por uma grande recessão econômica, um período de crise econômica que, talvez, esteja somente num lapso de tempo agora, pelo próprio *impeachment* da Presidente Dilma, que houve uma expectativa de mercado. Muito da questão da nossa economia, vereador Valdecir é pela expectativa. Quando há uma expectativa boa todo mundo investe e aí, automaticamente os mercados acabam melhorando e, é esse momento que nós estamos vivendo. Mas, talvez seja uma falsa expectativa e a gente possa novamente entrar numa grave crise, nós nem saímos dela: e essa grave crise, nós passamos e ainda vivenciamos, gera de fato desemprego, gera problema nas empresas e muitas empresas atrasam seus impostos e vivem com dificuldade. Eu sou empresário e sei o quanto é difícil você pagar certinho todo mês, e pago o vereador Mauro, certinho todo mês da minha empresa. Porém é natural que muitos empresários, muitas vezes, para pagar o salário do funcionário e para não deixar o funcionário desatendido, atrasam no imposto e quando atrasam as multas são pesadas e o juro come solto, realmente. Então uma dívida, às vezes, de R\$100,00 ela pode se transformar em R\$ 500,00, em R\$1.000,00 rapidamente, ainda mais se ela for ajuizada. Isso nós estamos falando do atraso, então eu vejo que nessa questão, para aquele empresário que atrasa somente a dívida, vereador Pedro, vereador Olavo, nós temos que dar esse desconto: no juro e na multa, que são consequência desse atraso. O juro e a multa pelo atraso são consequências do atraso do pagamento e não porque esse empresário agiu de má fé. Agora, nós temos outra questão nesse Refic: eu não estou dizendo que sou contra, eu estou dizendo que nós temos que analisar de maneira melhor e por isso nós pedimos informações sobre quais são os devedores do município de Cascavel. Muitas pessoas falaram que não poderíamos divulgar isso. Agora eu convido todos vocês a entrar no site da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e colocarem a cidade de Cascavel: consultar, se vocês não vão ver todos os devedores daqui da cidade que devem impostos federais e, eles estão lá de maneira aberta para qualquer pessoa consultar. Então por que é que de Cascavel nós não podemos? Por que o imposto municipal seria diferente do federal? Não! Não seria e, a população tem o direito de saber quais são os devedores do município porque a prefeitura e mesmo essa Câmara, não é nossa; nós só estamos de passagem aqui, ela é de direito e de fato da população de Cascavel. E um prefeito é somente o gerente que está colocado por 4 anos para gerenciar essa cidade para os cidadãos, que de fato têm todos os direitos. E então, nós temos que ter acesso sim a toda a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

lista dos devedores e saber quem são os maiores devedores: se são bancos, ou seja lá quem for, para a gente saber o que a gente está votando aqui nesse desconto. Porque quando a gente vai falar de penalidade pecuniária Vereador Josué, quando é uma pessoa física que comete um crime: ela vai presa e quando é uma pessoa jurídica que comete um crime tributário pode até acontecer de o seu sócio ir preso, mas a primeira penalidade é essa daqui, a penalidade pecuniária. Então, aqui podem estar grandes sonegadores e talvez, a gente possa até dar esse desconto, mas nós não podemos valorizar de maneira excessiva esses grandes sonegadores. A gente tem que valorizar aquele pequeno empresário que está passando por dificuldade e com certeza não é ele que está envolvido, aqui. Então eu peço que a gente reflita um pouco mais sobre esse inciso III do Refic e só sobre ele que pairam as minhas dúvidas e as minhas incertezas. E espero que até - só para complementar aqui, Presidente - hoje a gente consiga receber essa lista dos devedores, das penalidades pecuniárias daqui de Cascavel. Uma informação que ela deve ser pública e todos nós, principalmente nós vereadores, temos que ter acesso porque o nosso principal papel aqui é fiscalizar e sem a informação adequada como é que nós vamos proferir o nosso voto com toda a certeza, vereador Josué? Sem saber exatamente o que a gente está votando? Obrigado senhores. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra, o vereador Olavo Santos. – Vereador Olavo Santos: Senhor Presidente, senhores vereadores, cara comunidade. Saudar também, o secretário Renato e em nome dele saudar os demais membros do Executivo que possam estar acompanhando a sessão. Primeiramente, quero começar parabenizando aqueles contribuintes e aquelas empresas que conseguiram com muitos esforços deixar os seus tributos em dia e o pagamento de suas contas em dia. Sabe-se lá com que sacrifício, mas, também, quero dizer, fazendo uma comparação de que: não é para os que têm saúde que o médico existe né, são para os que estão enfermos. O Refic vem para aqueles que estão endividados e não para aqueles que estão com suas contas em dia. Mas eu quero reforçar vereador Fernando, que nós como vereadores, como legisladores senhor Presidente, nós precisamos levantar nossa voz e dizer sim: é um direito nosso de saber a relação dos devedores do município de Cascavel. E aqui está o secretário Renato, que representa o Executivo, numa época em que se fala tanto de transparência, é obrigação também, do Executivo de nos passar essas informações. No Jornal Hoje, estampa-se que a dívida dos contribuintes de Cascavel beira os 500 milhões, cerca de 40 mil contribuintes com tributos em atraso. Sabia disso, vereador Pedro? Ou ficou sabendo pela imprensa? Tive a informação de que, numa conversa verbal, também, com um membro do Executivo, aqueles que devem e que estão em penalidade pecuniária, passa de 2.500 empresas, em torno de um valor, se não me engano, de 180 milhões. Algo está acontecendo que todo ano precisa ter Refic. Refis – a nível nacional - então é muito estranho o que está acontecendo em nosso país. Eu parabenizei aqueles que pagaram a duras penas as suas contas em dia, mas não posso criminalizar aqueles que estão devendo; porque se sabe lá por qual percalço tem passado e, a que custo tem mantido o salário dos seus funcionários em dia e o desenvolvimento do município. Eu vejo aqui representantes da ACIC, eu imagino que mais do que servir cafezinho para os deputados, para senadores, vocês também devem se levantar fortemente e pedir uma reforma tributária. Nós precisamos parar só de ensaios, só tapinha nas costas. Nós temos que votar um Refic, aonde nós precisávamos estar fazendo uma reforma tributária para esse país e todos nós precisamos cobrar também, de nossos representantes a nível federal: dos nossos deputados, dos nossos senadores, que de uma vez por todas



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

levantem a voz e vão em frente. O que precisa é comprometimento, porque tudo é possível àquele que se compromete. E como eu falei: os médicos não estão aí para aqueles que têm saúde, mas sim para os enfermos e; o Refic é para aqueles que estão necessitando. E entre os necessitados estão os cofres públicos do município de Cascavel. Vamos ver o que vem nessas emendas, mas a princípio, estarei votando sim por este Refic. Obrigado, Presidente. – Presidente: Continua em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 3/2017. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor Secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara). (Não houve voto contrário). – Secretário: 20 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 20 votos favoráveis e nenhum contrário fica aprovado em primeira votação o Projeto de Lei Complementar nº 3/2017. Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 72/2017, de autoria do vereador Policial Madril do PMB, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 6.715/2017. (-Peço a palavra) Com a palavra o vereador Policial Madril. – Vereador Policial Madril: Esse Projeto de Lei é uma emenda que já foi aprovada esse ano, aqui no Plenário e com a maioria dos votos. O que está sendo mudado é o dia, porque no primeiro projeto foi estabelecida a primeira semana de julho e agora estamos mudando para a segunda semana, devido não ter reparado o cronograma escolar e que na primeira semana é férias dos colégios municipais e na segunda, já estão em aula. Na semana de segurança a gente fez aquela audiência pública pra falar do porte e posse de arma e não teve como fazer outros trabalhos nessa semana, devido aos alunos dos colégios estarem em férias. Como sendo na segunda semana, agora que vai ser mudado, os alunos já estarão frequentando a sala de aula e vai dar pra fazer um trabalho envolvendo os alunos da rede municipal de ensino. Por isso eu peço voto favorável a todos, muito obrigado. Continua em discussão. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em discussão o Projeto de Lei nº 85/2017, de autoria dos vereadores Paulo Porto, Olavo Santos e vereador Carlinhos, que declara de utilidade pública o Centro de Apoio, Convivência e Defesa dos Direitos de Autistas de Cascavel. (-Peço a palavra) Com a palavra o vereador Olavo Santos. – Vereador Olavo Santos: Senhor Presidente, senhores Vereadores, cara comunidade, em especial a saudação às famílias do CAUT, onde tem a família dos autistas. É um Projeto bem simples, onde nós pedimos a compreensão e a colaboração de todos os vereadores desta Casa para que possa conceder a condição de utilidade pública ao CAUT, que hoje é presidido pela Edilza Fermo e, em nome dela, a gente estende às outras famílias que, de repente, ainda não descobriram o CAUT. O que é o CAUT? Centro de Apoio ao Autista, onde visa dar a ele e às famílias a condição de um atendimento, já que como Poder Público, nós estamos falhando na condição de poder realizar a inclusão da maneira correta. Aliás, ou é inclusão ou não é: a de realizar a inclusão do autista. Há a necessidade, aqui é louvável, e nós precisamos muito disso, que a iniciativa privada e a sociedade civil, melhor dizendo, possa se organizar como essas famílias se organizaram e constituir esse centro. Porque visa não só o atendimento e o apoio para o autista, mas também para a família. Então o que nós pedimos é o voto favorável para que nos ajude a dar o primeiro passo, aliás o segundo passo: o primeiro passo foi a constituição. Hoje já tem em torno de umas 100 famílias envolvidas. Vejam bem, um dado que muitos dos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

senhores de Cascavel talvez não saibam, o CAUT está se organizando ainda e já tem em torno de umas 100 famílias envolvidas. Então olha a extrema importância de a gente conceder e reconhecer como de utilidade pública para que mais tarde possa ter a sua sede, para que mais tarde, no CAUT mesmo, possa ter uma escola para os autistas, um centro de apoio a toda a família. Então de uma maneira em especial juntamente com o vereador Carlinhos Oliveira, com o vereador Paulo Porto, os membros da Comissão de Educação, nós pedimos esse voto favorável. Era o que eu tinha, senhor Presidente. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra, o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos e a todas; bom dia a mesa diretora, vereadores, ao plenário, um bom dia especial às mães que hoje ocupam esta Casa. Eu queria cumprimentar, de maneira mais especial ainda, a minha amiga Tathiana Menegotto e, em nome dela, cumprimentar todas as mães que hoje se encontram nesta Casa para discutir esse Projeto. É um projeto que veio ao nosso mandato, Comissão de Educação, quando nós fizemos seminário sobre a questão das políticas públicas, como bem disse o vereador Olavo, em relação às crianças autistas. Eu queria confessar que nem sempre é prazeroso estar nessa Tribuna, nem sempre é prazeroso ter mandado, mas hoje é um dia gratificante, onde a gente tem condições de aprovar uma Lei que nós entendemos que pode fazer a diferença para um dos elos mais frágeis da nossa sociedade: que é a criança autista. E essa entidade surge, porque as políticas públicas não estão dando conta de lidar com essa questão que é fundamental para essas cem, cento e poucas famílias. Porque quando a política pública não dá conta é necessário a sociedade civil se organizar, que é o que vocês estão fazendo. E cabe a esta Casa permitir e institucionalizar essa organização, permeando de legalidade e poder político, então que nós faremos hoje. Peço o voto dos vereadores, respeitosamente, é um projeto autoexplicativo: declarar utilidade pública uma entidade que já existe, já trabalha e vai apenas facilitar a inserção dela junto Executivo. E para poder pleitear o que é fundamental, que é políticas públicas de inclusão que respeitem as crianças autistas, então, respeitosamente, peço a esse plenário voto favorável a esse projeto: que é meu, do Olavo e do Carlinhos. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Celso Dal Molin: Vereador Paulo, eu quero parabenizar os autores desse Projeto. Nós sempre estivemos junto com aqueles que levantam essa questão do autista. O ano passado, tivemos aqui várias situações e quero só dizer que, contem comigo no que precisar nessa situação. Lembrando-se do vereador Pedro que sempre lutou por essa causa, na gestão passada e quero dizer a vocês que contem com meu voto, contem comigo e no que precisar estarei apoiando vocês. Parabéns, que Deus abençoe. - Vereador Paulo Porto: Obrigado vereador Celso Dal Molin, com a palavra o vereador Pedro Sampaio. – Vereador Pedro Sampaio: Senhor Presidente, senhores vereadores, cara comunidade que nos acompanha aqui. Parabéns à Comissão de Educação pela sensibilidade, o vereador Olavo, Carlinhos e ao Paulo, pela proposição. É isso mesmo que a Câmara faz, como disse: ela é muito dinâmica na sua atuação, então declarar de utilidade pública à uma associação que cuida desses meninos especiais e são pessoas amáveis, que sempre que a gente encontra nos tratam muito bem. Então, parabenizo a vocês pela proposição de utilidade pública. – Vereador Paulo Porto: Era isso que eu tinha, peço voto favorável. É um projeto que eu entendo que é inquestionável, que é a aprovação do CAUT como utilidade pública. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Carlinhos Oliveira. – Vereador Carlinhos Oliveira: Saudar ao Presidente, nobres colegas, a todos que nos acompanham, de modo especial às famílias, os autistas. Quero



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cumprimentar a Marli, que é minha vizinha, minha amiga e diariamente eu vejo ela na sua batalha com a Márcia. Então sabemos, como o próprio Paulo falou das limitações que o legislativo tem perante a situação, mas essa é o mínimo que nós como legislativo poderíamos fazer em causa dessas famílias, dessas crianças. Quando o poder executivo não consegue, não só executivo, poder público não consegue atender todas as necessidades dessas crianças, dessas famílias, é uma forma de dar também, poder a quem se organiza de forma legal. Então, peço voto favorável a todos os vereadores. A gente pede desculpas por não ter poder para melhorar a condição de vida dessas crianças, mas é isso que a gente pode fazer no momento, peço voto favorável aos senhores vereadores. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra o vereador Fernando Hallberg do PPL. – Vereador Fernando Hallberg: Quero agradecer primeiro a presença de todos vocês aqui, na sessão de hoje, peço que voltem também, em outras sessões para acompanhar. A gente sempre fica muito lisonjeado com a presença da população aqui, na plenária da Câmara de Vereadores. Parabenizar o vereador Paulo Porto, vereador Olavo e vereador Carlinhos que propuseram esse Projeto de Lei de utilidade pública e parabenizar principalmente pelo trabalho de vocês. Confesso que nem conheço tão a fundo desse problema, talvez só um pouquinho: mas me coloco a disposição naquilo que eu puder ajudar. Já aproveito aqui pra fazer a cobrança vereador Olavo, eu me lembro muito bem que no começo do ano, um dos primeiros Projetos que veio para essa Casa foi sobre políticas públicas das pessoas com autismo. Naquela oportunidade, a gente votou a favor do veto do Prefeito, inclusive sobre a justificativa que havia um vício de ilegalidade. Como, de fato, havia um vício de ilegalidade naquele projeto, porém a gente teve aqui, inclusive esse foi o discurso do Alécio, líder do governo; do secretário Hudson; que nos prometeram e garantiram que logo, muito em breve esse Projeto já viria para essa Casa pra votação: o que não aconteceu até agora. Então vereador Josué, que o senhor possa ir falar com o secretário Hudson, talvez, que ele mande pra cá esse Projeto o quanto antes para votação aqui da Câmara de Vereadores, que é a política pública sobre essa questão dos autistas. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Olavo Santos: Pois é vereador, eu votei contra o veto do Prefeito, a favor dos autistas, mas entendendo, também, que o Projeto era difícil de ser implementado; nós temos também, que ser responsáveis e reconhecer. Mas como Comissão de Educação, só pra frisar mais uma vez, a gente começou com um pequeno seminário aqui nessa Casa e ainda durante esse ano, esse semestre, estaremos realizando outro seminário. E esperamos com aquelas pessoas que, Unioeste, com o Caut, com a Apae, com outros convidados de fora, outros palestrantes e estudiosos para que nós possamos, então, aqui pela Casa de Leis apresentar um Projeto. Já que está inerte da parte do Executivo esta ação, mas é importante dizer que a secretária de Educação esteve conosco, a Márcia, e se comprometeu muito, mas muito mesmo com muita seriedade a colaborar com isso. Então a gente acredita que de mão dadas, juntos, mas com a iniciativa do Legislativo nós vamos conseguir apresentar esse projeto. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Josué de Souza: Vereador, se o senhor tiver alguma dificuldade de estar falando com o secretário Hudson, eu quero te convidar para nós ir junto lá falar com ele. Porque o senhor é vereador tanto quanto eu, acho que ele tem que atender o senhor, atender eu e qualquer um de nós aqui. Estou me colocando a sua disposição. – Vereador Fernando Hallberg: Obrigado. Também, senhores, além desse pedido de que venha logo para essa Casa a votação da política pública sobre as pessoas com autismo, quero fazer um convite a essa entidade, na quarta-feira, nós vamos ter uma reunião aqui na Câmara de Vereadores, até



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

convido os vereadores que quiserem, juntamente com o Instituto GRPCom e algumas outras entidades ligadas ao esporte, ligadas à cultura e que fazem um trabalho parecido com o de vocês. A nossa ideia é trazer um curso sobre como captar recursos do governo federal e também, como criar uma base de projetos. A nossa ideia na verdade é criar um escritório de projetos aqui para Cascavel, porque muitas vezes tem recursos disponíveis e as entidades ficam patinando e a maior parte das vezes é por não saber captar esses recursos. Então, tem dinheiro que nós não estamos usando. Muitas vezes cobramos aqui na Prefeitura que não tem esse recurso, quando nós podemos captar recursos via editais a nível federal, por exemplo, para estar trazendo para as entidades; porque mais que ter a política pública e, também, essa utilidade pública que nós estamos votando, a favor de vocês, acho que é o mínimo que nós podemos estar fazendo. Mas mais do que isso, nós temos que propiciar autonomia para essas entidades, para que elas não dependam do poder público ou se depender, depender de maneira estrutural, que possam através de projetos estarem captando esse recurso e mantendo a entidade, esses projetos fantástico que são, na verdade, de dever do Estado e não de vocês estarem fazendo isso. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Carlinhos de Oliveira: Até conversando com a Ilza, que é presidente do CAUT, ela nos alertou que foi feito uma reunião com o secretário Hudson e a retirada também da lei foi devido a que os autistas, agora, vão ser contemplados junto com a Lei dos deficientes físicos. Então, essa Lei estava sendo feito antes, por isso foi retirada do CMDCA, então, agora o autista que antes não era contemplado vai fazer parte dessa Lei. – Vereador Fernando Hallberg: Obrigado. Está a disposição, depois se alguém quiser pegar o contato para participar dessa reunião de quarta-feira, também, está à disposição. – Presidente: Senhores vereadores, só uma consideração. Achei importante essa vontade de vocês vereador Fernando, o que não pode é, eu acho que aconteceu naquele projeto, não adianta a Câmara achar que, também, vai sozinha implantar uma política pública. E foi o que me pareceu naquele outro Projeto, ele foi construído sem a participação do Executivo, que é quem vai executar e implantar. Agora, se há esse interesse da Secretária de Educação, há esse interesse manifestado pelo secretário Hudson, eu acho que os senhores vereadores envolvidos de maneira mais próxima com a causa podem provocar, de fato, essa reunião com os secretários, com a participação delas e que a gente possa elaborar um Projeto em conjunto do Executivo e do Legislativo. Inclusive, pode até partir do Legislativo, como vossa Excelência muito bem ponderou, mas com a participação, evidentemente, do Executivo na elaboração dessa minuta, para que a gente tenha, de fato, um Projeto que seja possível a sua execução e, de fato, a implantação da política pública que é muito importante. Em votação. Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão e os Vereadores contrários que se manifestem. Projeto de Lei nº 85/2017 aprovado, em primeira votação, pela totalidade dos senhores Vereadores. Finda que está à matéria da Ordem do Dia. - **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Temos aqui as inscrições de interesse público. Pela preferência regimental tem a palavra o vereador, líder do governo, Alécio Espínola. - Vereador Alécio Espínola: Abro mão da palavra, senhor Presidente. – Presidente: Quero a pedido do vereador Olavo Santos, cumprimentar o senhor Eloi, ex-assessor dessa Casa, seja sempre bem-vindo. Cumprimento, também, os ex-vereadores Josias, vereador Reinaldo Bueno, sejam sempre bem-vindos a esta sessão. Vamos ouvir agora o vereador Celso Dal Molin, pelo tempo da liderança do bloco parlamentar. – Vereador Celso Dal Molin: Senhor Presidente, senhores vereadores, vou trazer um assunto essa manhã que vai chamar muito a atenção dos senhores como chamou,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

também, a minha atenção. Estive lendo alguns contratos e acabei lendo um contrato de 2004 senhores vereadores, assinado na época pelo governador Roberto Requião e senhor Edgar Bueno, com a Sanepar. Senhores vereadores, esse contrato foi feito com a Sanepar juntamente ao município de Cascavel, para que fosse administrado o sistema de água da nossa cidade. (Nesse momento o vereador Celso Dal Molin faz menção de alguns pontos do contrato, os quais irá em busca de resposta e apresentará em Plenário). Agora senhores, o que me chama muito atenção, que eu quero passar para os senhores. A Sanepar tinha a obrigação de junto, numa parceria, com o IAP de produzir 1 milhão de mudas e essas mudas serem plantadas em todo o perímetro de Cascavel, 50 mil mudas por mês. Eu quero saber onde foram plantadas essas mudas e, além disso, ela tinha que cuidar da recuperação e proteção das nascentes nas seguintes localizações: FAG, Pio XII, Recanto da Criança, Jardim União, Conjunto Abelha, Floresta, Jardim Nova York, Santo Onofre, Pacaembu, Colombelli, Zoológico, Jardim Presidente, Parque Verde, Jardim Colmeia, Rua Mobral, Nascentes do Zoológico, Codapar, Salgado Filho, Rua Góes, Faculdade, Asservel, 6º BPM, Juvínópolis, Rio do Salto, São João, São Salvador, São João do Oeste, Espigão Azul, Sede Alvorada, Alto Alegre, Guarujá, Neva, Rua Londrina, Brázmadeira, Policia Civil, Caravelli, Recanto Marista, Jardim Presidente, Morumbi, Cristal, XIV de Novembro, Tolentino, Chácara Picolli, Jardim Maria Luiza e Jardim Pazinato. Recuperação e conservação do Rio Cascavel, cuidando de toda mata ciliar, para que seja captada a água que dá para a Sanepar o produto que ela precisa e passar para cada um de nós. São 47 nascentes que eu vou visitar para saber se a Sanepar deu assistência e cuidou dessas nascentes. Então, nós queremos senhores vereadores, nesse momento, passar isso e dizer que esse contrato que foi assinado em 2004 e está ainda no seu trajeto de execução, o que não foi feito vai ter que responder. E uma cláusula que diz nesse contrato, que se não cumprir uma dessas cláusulas, poderá ser revogado esse contrato. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Mauro Seibert: Só para complementar que o senhor falou que a Sanepar passa 1,5% para o município. Eu tomo certo cuidado de falar em nome da Sanepar, que nós somos um setor exemplo do Paraná. Então, tomo certo cuidado porque às vezes a Sanepar passou esse dinheiro e alguém pra frente não está cumprindo. – Vereador Celso Dal Molin: Foi o que falei, ela passou esse 1% e nós queremos saber onde que foi aplicado porque era para aplicar no meio ambiente. E o contrato é claro, lhe dou uma cópia depois. Mas tem coisas aqui que a Sanepar, pelo que eu vi, falhou já. (Vereador Serginho pediu liberação para se ausentar da sessão, a qual lhe foi concedida e, também, abriu mão da palavra). – Presidente: Vamos ouvir agora, pelo tempo do bloco parlamentar, o vereador Fernando Hallberg. – Vereador Fernando Hallberg: Bom dia senhoras e senhores, nobres parlamentares, colegas, Presidente dessa Casa, plateia e imprensa aqui presente. Eu venho, na verdade, fazer um pedido de esclarecimento hoje, vereador Mauro. Mas antes de fazer esse pedido vereador Josué, eu quero lembrar o porquê eu entrei nessa Casa de Leis. Eu fui presidente do Comad por 4 anos e quando entrei naquele Conselho Municipal, vereador Celso, do qual o senhor participou de algumas reuniões. Eu nem sabia do que se tratava aquele Conselho, naquela época. E, logo que entrei, vi uns documentos para assinar e falei “não, eu acho que nós temos que analisar bem pra assinar isso aqui”. E confesso que nesses 4 anos nós tivemos algumas conquistas lá, vereador Mauro, como: o Consultório na Rua aqui pra Cascavel; o próprio Sim Paraná, antigo Cetrad que tivemos brigas homéricas com relação a isso. Tivemos várias denúncias, inclusive no Ministério Público, enfim, mas por que estou falando sobre isso?



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Muitas vezes nós ficamos na discussão, no próprio Conselho e nós não encaminhávamos pra frente ou o próprio Conselho não tinha como costume encaminhar para o Ministério Público pra questionar por essas questões. E eu olhando a realidade do nosso Brasil hoje, vereador Josué, vejo que nós somos culpados também, por não questionar, muitas vezes, certas coisas que podem estar erradas. E eu tinha, por costume, depois que entrei, de encaminhar tudo para o Ministério Público, qualquer evidência de ilegalidade nós encaminhávamos e algumas estão sem respostas até hoje. Mas, muitas foram respondidas e avançamos muito com relação àquele Conselho, simplesmente pelo fato de não aceitarmos, muitas vezes, o não, como resposta, e por fazer diferente daquilo que estava sendo feito há não sei quanto tempo. Então, muitas vezes, a gente fica constrangido de reclamar de alguma coisa por achar que aquela tua crítica não tem validade, enfim, criticar nem sempre é fácil. E vereador Mauro, eu acho que tive tanto sucesso como Presidente do Comad, por ser chato, crítico, que queria saber o porquê de todas as coisas, de ir a fundo, investigar que acabei sendo eleito vereador desta Casa de Leis. Mas eu tenho certeza que só fui eleito vereador, porque aquelas pessoas que votaram em mim queriam ver aquele mesmo Fernando do Comad aqui nesta Casa de Leis. E o nosso Prefeito, de fato, entrou o ano com um Decreto de Tolerância Zero à corrupção, louvável e espero que todos nós tenhamos essa tolerância zero à corrupção. De fato, vereador Mauro, eu posso até errar algumas vezes aqui num apontamento, num questionamento e, quem me dera estar certo todas às vezes, vereador Gugu Bueno, seria muito bom se fosse assim; mas nós temos que questionar sempre que recebemos uma denúncia de um indício de uma ilegalidade e dar esse retorno à população, porque à quem nós devemos nos reportar é a população de Cascavel, que merece todo respeito. Chegou até nós uma denuncia e estou usando essa Tribuna hoje, pra fazer essa denuncia; porque da última vez que fiz uma denúncia, sobre o direcionamento das impressoras, na licitação das impressoras, que está sendo denunciado no Ministério Público, agora. Inclusive, fui até ameaçado em alguns programas de TV que eu seria representado juridicamente por estar falando besteira, por estar afirmando o que eu não sei, mas essa é minha função de vereador. É fiscalizar, fiscalizar ao máximo e apontar se eu tiver qualquer dúvida de irregularidade. Talvez, vereador Mauro, se todos os brasileiros, todos os vereadores agissem assim, no mínimo indício de uma dúvida apontasse para que fosse esclarecida essa dúvida, o Brasil não estaria assim. Porque com certeza o problema do Brasil não é o problema de uma pessoa só, de um Presidente da República, é um problema de muitos, é um problema de 200 milhões de brasileiros que, muitas vezes, também, não agem de maneira correta. E eu espero a cada dia estar melhorando e agindo da maneira correta, vereador Celso. A minha questão com relação à hoje, é um questionamento e, eu quero um esclarecimento. Nós temos uma Lei que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal, no âmbito de cada órgão, de cada entidade. São vedadas as nomeações, contratações ou designações de familiar de ministros de Estado, familiar da máxima autoridade administrativa correspondente ou ainda, familiar de ocupante de cargo em comissão, em função de confiança, de direção, chefia ou assessoramento. No inciso I, cargo em comissão ou função de confiança, nós temos uma Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal que diz: a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investida em cargo de direção, chefia ou assessoramento para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

direta. Em direta, em qualquer um dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. E nós temos em Cascavel, obviamente, são dois servidores públicos, um deles é o Presidente da Fundetec, o senhor Alcione Tadeu Gomes que foi nomeado no Decreto nº 13.236 de 01 de janeiro de 2017 e o Diego Ricardo Gomes, que é seu filho e exerce o cargo em comissão de Assessor de Gabinete IV, lotado no gabinete do Prefeito, Decreto de 09 de maio de 2017. Então, eu peço que a gente só tenha uma explicação se isso aqui é nepotismo ou não, para que venha essa explicação então, do setor jurídico da Prefeitura de Cascavel; porque de repente, foi um equívoco que cometeram. É isso que eu tinha pra dizer para os senhores. (-Um aparte) Concedido. – Vereador Misael Junior: Vereador Fernando, o senhor fez alguma pesquisa sobre isso, se é nepotismo ou não, ou só vai levantar aqui nesta Casa essa situação? – Vereador Fernando Hallberg: No meu ponto de vista é, mas, assim eu só quero um esclarecimento, então, por parte da Prefeitura. – Vereador Misael Junior: A nomeação do Secretário e do rapaz é feita pelo Secretário ou pelo Gerente do Executivo? – Vereador Fernando Hallberg: Pelo Chefe do Executivo. – Vereador Misael Junior: Existe ligação de parentesco para com o Chefe do Executivo? Sim ou não, aí está sua resposta. Muito obrigado pelo aparte vereador. – Vereador Fernando Hallberg: Obrigado. Se puder por escrito, então, vereador Mauro, que eu já vou solicitar à Prefeitura que nos forneça essa resposta. Por escrito para esclarecer, não só para a pessoa que me perguntou isso, mas para todos os outros Cascavelenses. Muito obrigado. – Presidente: Vamos ouvir agora o vereador Mazutti. – Vereador Mazutti: Abro mão da palavra, senhor Presidente. – Presidente: Vamos ouvir agora o vereador Olavo Santos. – Vereador Olavo Santos: Senhor Presidente, serei bem breve, também. Somente para trazer ao conhecimento vereador Alécio, vereador Josué, vereador Fernando Hallberg e demais vereadores. A senhora Edilza, do CAUT, nos comunicou que o secretário Hudson, realmente ele cumpriu com a sua palavra, procurou para reunião; elas participaram de uma reunião com o secretário Hudson para que pudessem deliberar a respeito do Projeto. Então, assim, principalmente, o que o Fernando levantou antes, houve realmente essa iniciativa do Executivo em conversar com o CAUT. Então, importante, nós estamos aqui para fazer com responsabilidade, equilíbrio e nosso abraço ao Hudson e nosso respeito a todos que tem o direito de levantar seus questionamentos. Senhor Presidente, bem breve, só lamentar que o Temer continue no Poder. Obrigado Presidente. – Presidente: Vamos ouvir agora o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Bom dia a todos, bom dia a todas, mesa diretora, plenário. Hoje falaremos de corrupção, falsa moralidade e compra de votos. Semana passada, vivemos um os piores momentos da nossa República, quando aquele mesmo Congresso, aqueles mesmos Deputados que há um ano declararam a Presidente Dilma impedida de seguir no cargo e, sem provas, optaram por não permitir apesar de provas contundentes, que se abrisse investigação contra Michel Temer. O que valeu para um, nem de longe valeu para outro, nesse caso o pau que bateu em Chico não bateu em Francisco. Os mesmo Deputados que há um ano votaram contra a Dilma, acusando as pedaladas fiscais, em nome de uma falsa moralidade, foram os mesmos que na semana passada não só não combateram a corrupção, mas ao contrário, tiveram a desfaçatez de institucionalizarem a corrupção. A impressão que fica é que a Dilma errou, ela errou em não se colocar, se colocar contra os esquemas de toma lá dá cá do Congresso Nacional. Ela errou em não se reunir secretamente com Ministros do STF na calada da noite; ela errou em não bancar uma gorda



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

mesada para políticos no naipe de Eduardo Cunha para conseguir seus favores políticos. Ela errou ao confiar na Justiça brasileira e principalmente, ela errou feio, em não comprar Deputados Federais liberando 2 bilhões em Emendas Parlamentares. Porque sem esses esquemas não há nenhuma justificativa, sobre qualquer ponto de vista legal, moral ou político pra manutenção do Temer. Não há nenhuma justificativa para os 263 votos dos Parlamentares que absolveram o governo Temer, na semana passada. Um governo afogado em denúncias de corrupção e com o índice mais baixo de aprovação da história da nossa República. E salta aos olhos o triste e vergonhoso papel que teve a bancada Federal do Paraná, salta aos olhos o triste e vergonhoso papel daqueles que foram tão animados em afastar a Presidente, há um ano, e nesse momento tão omissos e tão cordeiros com denúncias contundentes de corrupção. Uma das explicações, talvez, seja a generosidade com que o governo Federal vem tratando nossos Parlamentares, em especial na liberação de Emenda; em especial Parlamentares do oeste do Paraná e, em especial, parlamentares com a base política em Cascavel. A agência Lupa, em parceria com Contas Abertas, fez uma análise das Emendas Parlamentares empenhadas, pelo Governo Federal, depois que a denúncia foi aceita pelo Congresso Nacional. Segundo o bom site, que trabalha com checagem de informações, foram liberados, em forma de Emendas Parlamentares, cerca de 2 bilhões e 340 milhões de reais nos últimos 2 meses. Esse foi o preço da manutenção do Temer. E dos Deputados eleitos pelo Paraná, 2 despontam como os maiores beneficiados, acima de 10 milhões: Fernando Giacobbo e Alfredo Kaffer, despontam entre os parlamentares que mais receberam desde junho. Segundo esses dados, o Deputado Federal Fernando Giacobbo, do PR, recebeu 10 milhões e meio em Emendas. Alfredo Kaffer, do PSL, 10 milhões e 200 mil reais; 3º lugar, famoso Frangão, Hermes Parzianello, do PMDB, quase 8 milhões de reais; já Evandro Roman o mais barato, do PSD, arrecadou em torno de 5 milhões de reais. Talvez esses números expliquem a defesa contundente e imoral que esses Deputados fizeram, publicamente, do governo Temer. Talvez, por isso, que todos esses Deputados Federais, esses de Cascavel, Alfredo Kaffer, Frangão, Evandro Roman e Padovani votaram contra a investigação do Presidente. Eu particularmente, particularmente, não tinha nenhuma dúvida de que esses Deputados envergonhariam o eleitor Cascavelense. Não tinha nenhuma dúvida que eles seguiriam ao lado do que há de pior e da escória da política pública. A questão que fica, vereadores, é se os eleitores de Cascavel seguirão votando ao lado desses Deputados. A questão que fica é se eles votarão em 2018, ao lado desses Deputados. Eu, sinceramente, espero que não. Que venham as eleições de 2018. – Presidente: Vamos ouvir agora o vereador Policial Madril e se o vereador não for usar todo seu tempo, eu pediria um aparte não estando na Presidência. – Vereador Policial Madri: Cumprimentar o Presidente, cumprimentar os demais vereadores. Hoje na verdade eu iria abrir mão da palavra, mas depois das palavras do nobre vereador Paulo Porto, que faço das palavras dele as minhas. Inclusive, eu sempre venho falar e me sinto envergonhado que, inclusive o meu Deputado que mandou Emendas aqui para Cascavel, ele teve a mesma ideia dos outros Deputados Federais que disseram que tentaram justificar o voto deles falando para não regredir o Brasil que está avançando na economia. Mas, na verdade, isso foi só um engana bobo. Todo mundo sabe que se as pessoas fossem votar consciente, pela vontade do povo, todo mundo teria votado não, naquela situação. Porque teve investigação, teve delação, teve provas materiais, testemunhal e não foi seguido o que o povo esperava. Então, a gente tem que trabalhar, cada um do seu jeito e o povo também, na hora de votar, cada um vota



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pelos valores que acha melhor, essa é minha opinião. Acho que a gente não pode mudar a cabeça das pessoas e nem mudar a atitude dos políticos, que cada um vota e tem o voto do povo que acredita na capacidade das pessoas ou vota pelo interesse que acha correto. Passo a palavra para o Presidente. – Vereador Gugu Bueno: Obrigado vereador Policial Madril. Vereador Paulo eu, evidentemente, sabendo do risco que seria não podia não pedir o aparte a vossa excelência. Concordo com quase tudo que vossa excelência disse, entendo. Disse dessa Tribuna, precisamos fundar novamente a nossa República, evidente que o governo não se sustenta, é lógico que o quadro ideal seria fazer eleições gerais nesse momento. Mas sabemos que toda a questão da constitucionalidade dessa questão, enfim, disse, inclusive, no meu programa de sábado que é tudo discutível nesta questão. Agora, só preciso fazer uma correção da sua fala vereador Paulo Porto, com todo o respeito, vossa Excelência quis insinuar que no caso do Deputado Fernando Giacobbo, ele teria votado pela permanência do Presidente Temer por causa dos 10 milhões que o Presidente teria liberado pra ele este ano. Tenho a obrigação de lhe passar a informação vereador Paulo Porto, que no governo Dilma, no ano de 2013, o deputado Giacobbo empenhou 22 milhões em Emendas. Então, já é tradicional o Deputado Giacobbo ser o Deputado que mais Emendas trás para seus recursos do Paraná e se não me engano, não me falha a memória, no ano passado vereador Celso Dal Molin pode me ajudar, ele foi o segundo do Brasil, dos 513 Deputados que mais trouxeram recursos para seus municípios. Eu vejo isso como algo positivo, então, no caso do Deputado Giacobbo eu preciso desassociar essa questão. Esse recurso que o Deputado Giacobbo traz é tão importante, inclusive aqui em Cascavel, é o Deputado que mais recursos traz pra nossa cidade, eu preciso bater palmas nessa questão porque é algo importante. Ele cumpre com o seu papel e se outros deputados trabalhassem metade do que o Deputado Giacobbo trabalha, com certeza, muitos dos nossos problemas estariam resolvidos. Então eu preciso desassociar, porque não foi um ano em especial, é isso que eu quero dizer. Não foi por causa desta votação que o Deputado Giacobbo conseguiu trazer esses recursos. Se você pegar o histórico dos últimos 5 anos, ele é o deputado que mais traz recursos para o Estado do Paraná. Então, precisava só fazer essa ponderação, muito embora concorde com quase tudo que vossa Excelência nos disse há pouco na Tribuna, vereador. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Policial Madril: Concedido. – Vereador Mauro Seibert: Vereador Madril, sabe onde está o erro? Que aí na hora que você vai votar na urna o 13, tinha um 15 também, junto. Então, ali eles erraram, se eles tivessem cassado naquele momento toda a chapa Temer, Dilma e tudo que estivesse junto, o Brasil não estaria nessa situação de hoje. O Brasil estaria andando mais pra frente, quem sabe o povo escolheria uma pessoa que tivesse acreditado que daria conta. Eu acho muito difícil achar um nome hoje no Brasil que consiga concentrar empresário e empregado; então infelizmente erraram sim, erraram em não ter cassado tudo naquele momento e dado a oportunidade para o povo ter escolhido algum salvador da pátria, que eu acho muito difícil nesse momento. Obrigado pelo aparte. (-Um aparte) – Vereador Policial Madril: Concedido. – Vereador Roberto Parra: Eu só gostaria de lembrar o pessoal da plenária, os nobres vereadores que, em 13 anos do governo PT, nós aqui da região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a gente sobreviveu de migalhas do PT. Porque as Emendas não eram liberadas para o Paraná e nós fomos sacrificados durante os 13 anos. Essas Emendas, eu gostaria realmente de parabenizar. Lógico que não o ato, se há ato de corrupção, nunca. Eu já assinei aqui ato de repúdio às ações do atual Presidente. Mas nós, no Paraná, estamos sendo beneficiados pelo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

governo e acho que isso é um ganho, porque em 13 anos de governo PT nós aqui da região sul, sudeste foi penalizado pelo governo; porque preferiam beneficiar o nordeste ao invés da nossa região. (-Um aparte) – Vereador Policial Madril: Concedido. – Vereador Paulo Porto: Eu entendo a questão das Emendas, mas eu queria deixar claro: acredito que eu e o povo brasileiro trocaríamos todas as Emendas, por exemplo, pelo voto contrário à reforma trabalhista; todas as Emendas pelo voto contrário à Reforma Previdenciária; todas as Emendas pelas reformas que estão dilapidando o Brasil porque eles pedem Emendas e votam a favor das piores reformas para o povo brasileiro. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Policial Madril: Concedido. – Vereador Fernando Hallberg: Nós temos que lembrar que esse negócio, essa Emenda é dinheiro nosso que está lá: é imposto que nós pagamos aqui e que vai ser devolvido através de barganha política? Paramos com isso, pra mim acaba com esse negócio de emenda parlamentar, inclusive, o imposto não deveria nem sair de Cascavel. Parabéns vereador Madril por abordar essa questão e parabenizar o Diego Garcia que votou pelo povo de Cascavel e do Brasil. – Vereador Policial Madril: Só agradecendo a participação de todos que usaram meu tempo, que eu acho que contribuiu bem para a população de Cascavel ficar mais esclarecida. – Presidente: Obrigado vereador Policial Madril, vamos ouvir agora o vereador Josué de Souza. – Vereador Josué de Souza: Senhor Presidente, distinta assistência, vou ser bem breve. Só quero dizer o seguinte: que vocês fiquem tranquilos que os Deputados do PTC, ninguém votou contra o povo. E eu só quero lembrar que a nossa situação lá do Ginásio André Paulus, ainda não foi resolvida e enquanto não for arrumado eu vou falar aqui, em todas as sessões. Vou aproveitar e falar para o Frangão que mandou a Emenda pra construir aquele ginásio e ver ser ele não manda essa Emenda Parlamentar pra nós fazermos essa reforma, que é o que nós estamos precisando. Obrigado Presidente. – Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às onze horas e dezenove minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Larissa Zarth, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

OLAVO SANTOS

1º Secretário